

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA

1890

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA N.º 7

1890

HUGO GONÇALVES DORES
MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO
JOSÉ PEDRO MONTEIRO

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXIX

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2019, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO
Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: coleccoes@publico.pt
loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA
Rua Francisco Ferrer, 6A,
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28 | 29 | 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 1890* (vol. 7)
Direcção: Rui Tavares
Autores: Hugo Gonçalves Soares,
Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro
Revisão: GoodSpell
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)
a partir de fotografia de grupo de
portugueses em São Tomé, c. 1900
Imagens: página 17, AM; página 27, BNL; página 32,
Pontos nos ii (7 de Agosto de 1890); página 51 e 55, NYPL
Digital Collections; página 85, Wikimedia Commons;
página 89, Bibliothèque de Genève

1.ª edição: Julho de 2019

ISBN 5602227309529-00007
Depósito Legal 457651/19

Uma história de Portugal é — como, à partida, a história de qualquer país — uma história nacional. Mas é também necessariamente uma história internacional, e talvez nunca o seja tanto como neste volume de 1890. Sim, a palavra «internacional» tem uma história; inventada pelo filósofo Jeremy Bentham em 1789, ela acabava de completar um século no ano a que este volume se dedica, e esse século — o XIX — foi o século do «internacional», na teoria e na prática. Os impérios reuniam-se em congressos internacionais para ordenar a Europa e o mundo à sua maneira. Os pacifistas reuniam-se também — em congressos internacionais da paz. As organizações de todo o género, da filatelia à filantropia, criavam organizações internacionais. Os socialistas e o movimento operário mobilizavam-se em torno de uma Associação Internacional dos Trabalhadores e tinham como hino «A Internacional». A palavra «internacional», nascida discretamente no ano da Revolução Francesa, acabou por ter uma posteridade tão poderosa quanto a sua contemporânea.

Cada um destes «internacionalismos» tinha a sua vocação e natureza próprias, mas o internacionalismo dominante era ainda o dos impérios: cada império devia ser ordenado em torno de uma dinastia, ter as suas áreas de influência e subordinação e ser tanto quanto possível autossuficiente; em caso de conflitos de interesses entre impérios, o recurso aos congressos internacionais não se esforçava muito por esconder que o critério decisivo supremo estava na assimetria de poder, que em última análise se clarificaria através do poderio bélico — da guerra.

Ao contrário de anos estudados nos volumes anteriores, como 1974 ou 1910 (e, de certa forma, também 1936), 1890 não é um ano

de uma revolução nem de um novo começo para Portugal. Mas é um ano que tem um sabor a fim; o ano de um ultimato — o «Ultimato britânico», oficialmente intitulado apenas de «Memorando» pela diplomacia da Grã-Bretanha — que deu o xeque-mate às pretensões portuguesas de colonizar o território do hinterland africano entre Angola e Moçambique. Essa política de exploração territorial e ocupação colonial efetiva — no intuito de criar um novo domínio imperial, um «novo Brasil» em África que fazia parte dos anseios de Lisboa desde pelo menos o tempo de Pombal — destinava-se, contudo, a cumprir apenas a primeira parte de uma necessidade absoluta: a de reconhecimento internacional, ou seja, a de Portugal ser levado a sério pelas outras potências, como um par entre pares europeus.

É pois possível escrever uma história internacional de Portugal. Mas é também possível escrever uma história mundial dos portugueses — e este volume consegue fazer ambas as coisas. É que entretanto, longe dessas discussões da política internacional, dá-se início ao que poderíamos então chamar de uma «história mundial dos portugueses»: uma nova dinâmica de migrações dos portugueses pobres e rurais — e não só — do continente europeu para o Brasil, do arquipélago dos Açores (e de Cabo Verde) para a costa leste dos Estados Unidos da América, e até do arquipélago da Madeira para o reino do Havai, no Pacífico.

São estas as histórias fascinantes da alta política e da vida material dos portugueses que José Pedro Monteiro, Hugo Gonçalves Dóres e Miguel Bandeira Jerónimo nos contam com brilhantismo neste volume.

Costuma dizer-se que sem 1890 — sem o Ultimato e a reação que ele causou — não teria havido 1910 e a implantação da República. É por isso essencial, agora que mergulhamos no século XIX e deixamos a República Portuguesa no retrovisor, ler o relato preciso e estimulante deste ano de 1890, que foi de crise existencial para o Reino de Portugal.

ÍNDICE

1	Portugal fora de Portugal	9
2	De ultimato em ultimato	14
	<i>Escravos e «espoliações»</i>	15
	<i>De concessão em concessão</i>	22
	<i>Pôr os pés no chão</i>	28
3	Um (frágil) lugar na «internacional civilizadora»	36
	<i>De Berlim...</i>	36
	<i>... a Bruxelas</i>	44
4	As fronteiras das almas	52
	<i>De mapa em mapa</i>	52
	<i>As políticas da missão, as missões da política</i>	58
	<i>O peso do «internacional»</i>	60
5	Os «nossos», outros, lá fora	69
	<i>As misérias de um futuro cá dentro</i>	69
	<i>Os auspícios de um futuro lá fora</i>	75
	<i>Do auxílio comunitário à promoção da cultura portuguesa</i>	80
6	Um país num mundo (quase) sem fronteiras	85
	<i>Uma última cruzada</i>	85
	<i>Nacionalismos e internacionalismos</i>	91
	<i>«Tudo o que é moderno, vivo, progressivo é hoje internacional»</i>	94

<i>Um Portugal internacional ou uma internacional portuguesa?</i>	98
<i>A internacionalização da raça</i>	102
Notas	106
Bibliografia	108
Notas biográficas	111



PORTUGAL FORA DE PORTUGAL

O ano de 1890 iniciou-se com um dos acontecimentos mais marcantes da história de Portugal no ocaso do século XIX, o chamado Ultimato britânico. Enredada em discursos coevos e projecções retrospectivas dominados por sentimentos de humilhação e demonstrações de honra nacional ultrajada — que tornaram, na história e na memória, o momento histórico mais saliente do que de facto foi —, a nota diplomática alcançou um lugar ímpar na imaginação política do Estado e, principalmente, da «nação», de forte cariz imperial, no Portugal contemporâneo. Esta imaginação política, certamente plural, apesar da partilha de motivações e objectivos, sobreviveria ao regime monárquico, alimentando uma mística imperial e colonial que perdurou pelo século seguinte, laborando, de formas diversas, até aos dias de hoje. Não obstante o seu inegável contributo para a sua consolidação, não foi uma criação do discurso e da ideologia nacionalistas do Estado Novo. A repercussão contemporânea é visível, por exemplo, no tratamento dado a questões imperiais e coloniais em obras de ampla divulgação, em inúmeros discursos públicos, incluindo académicos, ou até no ensino das crianças e jovens portugueses. Contudo, o Ultimato e as suas ressonâncias continuam a ser vistos, histórica e historiograficamente, a partir de uma lente predominantemente nacional, que reduz e simplifica as dinâmicas que o provocaram. O Portugal construído fora de Portugal é, ainda, demasiado obscurecido ou desvalorizado.

Este volume tem por ideia axial a necessidade de pensar a história do Portugal de finais de Oitocentos para lá dos seus horizontes estritamente nacionais, em rigor, metropolitanos, a partir de dois movimentos analíticos estruturantes, que dão forma a cinco problemáticas distintas, todas elas evidentemente associadas a muitas outras de relevo histórico. Por um lado, procura-se pensar Portugal na sua dimensão imperial, contrariando uma visão predominantemente metropolitana, assente num enfoque desmesurado nos acontecimentos e nas dinâmicas ditas internas, e tomando o ano de 1890 como um momento fulcral na reformulação dos imaginários e dos repertórios imperiais e coloniais do país, sem deixar de o inserir em cronologias mais amplas. Este processo teve seguramente um impacto duradouro na população portuguesa de origem europeia, gerando circulações e deslocações várias, civis e militares, mas sobretudo nas populações dos territórios que foram integrados na nova soberania imperial.

Esta reformulação consubstanciou-se em esforços de redefinição dos seus espaços geográficos, mas também na sua integração numa realidade interimperial com novos pressupostos, obrigações e exigências. Tratamos, a este respeito, três temas e processos históricos, sublinhando sempre as suas repercussões à escala nacional. Primeiro, abordamos o Ultimato propriamente dito, contextualizando-o a vários níveis, começando pela sua inserção numa história mais longa de «ultimatos» e pressões externas, de momentos de constrangimento, declarado e manifesto, das opções políticas das autoridades portuguesas que afectaram, de modo variado, o jogo político interno, o posicionamento externo e os caminhos coloniais. Segundo, tocamos na Conferência Antiescravatura de Bruxelas (1889-1890), em parte associada às dinâmicas cristalizadas na de Berlim (1884-1885). Estas exigiram uma reelaboração dos argumentários expansio-

nistas, alimentando «missões civilizadoras» várias, isto é, ideologias que legitimavam, através de critérios ditos humanitários, a anexação de territórios africanos por estados europeus. Estes dois eventos internacionais, com notórias repercussões em Portugal, são exemplos de afirmação de uma «internacional civilizadora» na qual o país procurou participar, ainda que de modo titubeante e enfrentando numerosos obstáculos, a começar pelas patentes incongruências entre a retórica da sua «missão civilizadora», entrelaçada nas exaltadas realizações do seu passado expansionista, e as realidades nos terrenos coloniais (aspecto, de resto, que pode ser extensível, em maior ou menor grau, a outras formações imperiais europeias). Terceiro, apontamos para a dinâmica de competição confessional nos espaços ultramarinos, tão primordial à compreensão das guerras culturais de Oitocentos na Europa, não escapando o caso português a este padrão. Se o anticlericalismo não era um «artigo de exportação», como teria dito o político francês Léon Gambetta, a conflituosidade interconfessional europeia, fundada na cisão da Reforma do século XVI, foi amplamente transplantada para o terreno colonial. O enfoque na competição confessional e missionária visa, igualmente, desdobrar o conjunto de dinâmicas centrais à compreensão de 1890 (e antes e depois, acrescente-se), evitando afunilamentos resultantes de uma visão estritamente política ou económica, e aproveitando pelo caminho para alargar o universo de geografias e protagonistas, *fora de Portugal*, envolvidos na sua história. O Portugal condicionado e tecido, em vários sentidos e com distintos alcances, pelo «seu» império e pela multitude de indivíduos, grupos e instituições que com ele interagiram e nele circularam (ou procuraram circular) é o objecto central desta primeira parte de *Portugal, uma retrospectiva: 1890*.

Por outro lado, na sua segunda parte, este esforço de descentramento analítico e de confronto dos «nacionalismos meto-

dológicos» prevaletentes — que, mesmo quando abordam dinâmicas internacionais, não deixam de se revelar aprisionados no pequeno rectângulo (pense-se, por exemplo, nos modos de fazer história diplomática, incluindo os que disfarçam, sem sucesso, as suas premissas) — é complementado pela abordagem de dinâmicas internacionais e transnacionais que condicionaram, de modo assaz vincado, a imaginação política, económica, social e cultural do país e, não menos importante, a forma como algumas autoridades e elites pensaram o lugar deste no mundo. Havendo trabalhos estimulantes a ser desenvolvidos no país e fora dele, que procuram responder à compreensão historiográfica de que o século XIX implicou uma nova realidade de interdependência global (desde logo, acentuada pela expansão imperial), os vários internacionalismos de Oitocentos e seus impactos em Portugal continuam a denotar persistentes zonas obscuras, que, iluminadas, muito ajudariam a melhor compreender alguns dos processos históricos que estruturam a sociedade portuguesa, durante e depois desse período. Com este fim, e ainda que de forma necessariamente limitada, exploraremos dois assuntos de incontestável importância, que permitem pensar o Portugal de Oitocentos em estreita articulação com as mudanças globais vertiginosas que então despontavam. Primeiro, olhando para as dinâmicas migratórias, os portugueses espalhados pelo mundo, um «Portugal fora de Portugal» que lhe alimenta o imaginário e as contas públicas, entre outras coisas, e que merece ser resgatado ao relativo esquecimento no espaço público. Segundo, sinalizando os multifacetados internacionalismos, dos pacifistas aos laborais e aos científicos e tecnológicos, que desafiam localismos intelectuais e sociopolíticos e expandem o universo de opções sociais, reconfigurando os mecanismos de circulação, troca, adaptação e acomodação de ideias, projectos e referenciais. Neste campo, no século XIX, insista-se, muito está por fazer.

A «nacionalização» da história é poderosa, ontem como hoje. Presentemente, contudo, poucas justificações deste estado de coisas são convincentes. À época, os constrangimentos eram, de facto, mais compreensíveis. A «desnacionalização» da história de Portugal — em concreto, de alguns dos acontecimentos e processos que marcaram 1890 e, de forma mais geral, o último quartel de Oitocentos —, e o reconhecimento da pluralidade dos seus actores e dos seus contextos são, assim, dois dos propósitos maiores deste volume. Esperamos que bem-sucedidos. Sobretudo que permitam, a outros, ir mais longe na compreensão do Portugal que foi tecido, também, fora de Portugal.

NOTAS BIOGRÁFICAS

HUGO GONÇALVES DORES (Lisboa, 1983) é investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Tem trabalhado sobre políticas missionárias e educativas no império português em África (séculos XIX e XX). É autor de *A missão da República: política, religião e o império colonial português (1910-1926)* (2015). É membro do Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa).

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO (Lisboa, 1973) é investigador sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de pesquisa centram-se na história global e comparada do imperialismo e do colonialismo (séculos XIX-XX). Entre outras publicações, é autor de *O império colonial em questão* (2012) e *The «Civilizing Mission» of Portuguese Colonialism (c. 1870-1930)* (2015), além de co-organizador de *Internationalism, Imperialism and the Formation of the Contemporary World* (2017). É co-editor das colecções «História & Sociedade» (Edições 70) e «The Portuguese Speaking World» (Sussex Academic Press).

JOSÉ PEDRO MONTEIRO (Vila Nova de Gaia, 1984) é investigador júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Tem vindo a trabalhar sobre as histórias cruzadas do internacionalismo e do imperialismo no século XX, explorando temas como o do trabalho e da cidadania coloniais. Entre outras publicações, co-organizou o volume colectivo *Internationalism, Imperialism and the Formation of the Contemporary World* (2017) e é autor de *Portugal e a questão do trabalho forçado: um império sob escrutínio (1944-1962)* (2018).

portugal, uma retrospectiva

1890

foi impresso na SIG,
Sociedade Industrial Gráfica,
no mês de Junho
de 2019.